

## **ATA Nº 83/2017 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS**

No dia 25 do mês de abril de 2017, no Salão Comunitário da Comunidade de Lagoa da Pedra, Município de Indaiabira, realizou-se reunião com o objetivo propor as alternativas para solução dos impasses referentes à disponibilização de água para o consumo humano e produção para agricultores familiares tradicionais. Conflito: Barragem de Berizal.

Apresentam-se conforme lista de presença anexa.

Carine, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, fala que cobrou a mais tempo a discussão da pauta: os problemas enfrentados pelo Alto do Rio Pardo com relação ao abastecimento de água.

O presidente da associação explica a necessidade de fazer um projeto de recuperação do rio.

Ivonete, representante da Comunidade Lagoa da Pedra, solicita vigilância sanitária para resolver a falta de coleta de lixo e pede sensibilização do prefeito, uma vez que o lixo não é descartado adequadamente. Lembra que o lixo colabora tanto para a chegada de doenças quanto para o agravamento da crise de água. Esclarece que a comunidade, de aproximadamente 200 famílias, é abastecida pelos poços artesianos, que são insuficientes. Os pequenos agricultores precisam da água para irrigar as pequenas lavouras. Oposto a isso, a Rio Dourado e a monocultura do café consomem a água. Aproveita a oportunidade para protestar o preço de 12 mil reais cobrado pela Cemig para fazer ligação de energia e a burocracia exigida por ela para fazer uma rede de extensão e/ou ligação, o que torna inviável financeiramente a solicitação dos serviços. Há cerca de 6 famílias aguardando a ligação da energia elétrica pela Cemig. Fala que a Copasa tem em andamento um projeto de barragem em Lagoa da Pedra. Cobra segurança, já que na comunidade são realizados vários eventos onde são enviados ofícios para a Polícia Militar, mas não recebe retorno.

Os ouvintes da reunião esclarecem que há um poço artesiano em Curral Velho. Há um já perfurado pelo Programa Água para Todos, mas não está equipado. O projeto previa a perfuração de 5 poços.

Aurindo, segundo representante de Lagoa da Pedra, Insiste na problemática envolvendo a Copasa. A empresa demarcou, sem aviso prévio à comunidade, uma área para construção de uma barragem. Ao lado do local há uma gruta que é uma tradição religiosa, portanto, deve ser preservada, assim como uma mina que possui no local. Pergunta o que deve ser feito com os motores elétricos estacionados. Questiona sobre a necessidade de realizar denúncias para que a polícia faça averiguação, que ainda assim não é feita.

Carine provoca no sentido de providenciar encanação para os poços artesianos, quantificar ou enviar um técnico.

Merli, representante da Comunidade Areia, lembra que falta definição de qual município pertence a comunidade – Indaiabira ou Rio Pardo – o que dificulta a regularização da terra. Pontua outros aspectos referentes ao abastecimento de água. Os caminhões pipas que abastecem a população não realizam o atendimento conforme a necessidade. Relembra que há cerca de 60 famílias que não possuem energia elétrica. Além do abastecimento de água, outro fator que alimenta a crise no município é a falta de agente de saúde. Não há quem possa medir a pressão da população. Manifesta o mesmo questionamento feito por Lagoa da Pedra sobre os motores nos rios. Diz que a comunidade não tem direito, mas a Rio Dourado tem. Comenta ainda sobre o transporte escolar que quebrou. Precisa que o prefeito tome providências.

Leia, representante da Fazenda Tapera, conta que as cinco famílias são abastecidas por um córrego, mas na época da seca precisam do abastecimento feito por caminhão pipa. A solução seria um poço artesiano. Sobre transporte, sugere que a prefeitura coloque mata-burros ao invés de cancelas, pois são abertas por crianças. Pede que seja feito um plano de abastecimento para a comunidade – poços artesianos e carros-pipa.

Chica, representante de Muzelo, solicita caminhões suficientes para abastecer 100 famílias. Conta que há famílias no assentamento quase passando fome. Sugere a restauração da nascente e a construção de cerca para impedir o acesso pelos animais. Conta que o consumo mensal de uma família veio mais de mil e duzentos reais. A família supracitada não possui sequer chuveiro elétrico, apenas lâmpadas, geladeira e televisão. Trata-se de uma pessoa que não tem fontes de renda.

Fátima, representante de Gameleira, levanta o debate sobre a outorga de água. A fiscalização do meio ambiente multou uma família por conta de uma olaria manual e solicitaram parar a irrigação. Falam que não tem outra fonte de renda, desta forma não tem como parar com as mandalas nas hortas. Lembra que os equipamentos foram dados pelo governo. Conta que um morador de Rio Pardo fez uma barragem que afeta a travessia de cerca de 200 famílias. Solicita uma passarela mais segura para a passagem de Indaiabira para Taiobeiras.

Carine destaca que os grandes empresários têm acesso a água para molhar monocultura, por meio de outorga. Para os menos favorecidos falta esse acesso e são os que recebem a multa.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores fala que não há igualdade no tratamento. Afirma que o Rio Taboca e seus afluentes têm projeto para perenização. O plantio dos eucaliptos gerou ainda mais problemas. Conta que está encaminhado projeto para cercar as minas. Em Salinas já possui um rio perenizado, o Bananal. Quanto a questão sobre energia elétrica, Taiobeiras já deve ter alcançado 90% da iluminação. Conta que a Cemig está cobrando taxa de iluminação pública que a região não possui.

Os vereadores informam que a lei da iluminação pública é de 2002 e foi aplicada em 2016, por determinação da Aneel.

Um morador questiona valores diferentes da taxa nas contas de uma mesma rua.

Gentil, representante de Salinas, fala do mineroduto na Fazenda Rio das Antas. A empresa quer passagem para transportar o minério até o mar, por meio de tubos ou a linha de trem, ambos não são bem aceitos pela população. Conta que a prefeitura se apropriou de 4 máquinas do PAC 2, que hoje estão quebradas. Cerca de 250 famílias, de Nova Matrona a Jacuru, precisam da água fornecida pela Copanor. Conta que falta cisterna, pois venceu o prazo de validade. Esclarece que cerca de 50 famílias aguardam a contemplação do Minha Casa Minha Vida. O barramento que está sendo solicitado no Rio das Antas abastecerá cerca de 250 famílias (em andamento pelo Idene).

Dado o espaço para outros levantamentos, informam que a Cemig está solicitando que a área tenha pelo menos 3 hectares para ligação de energia. Expõe que há documentos impossíveis de conseguir. A comunidade de Barra de Ribeirão já solicitou barragem e ainda não foi atendida. Reforçam que a Rio Dourado e Natalício são os responsáveis pela maior captação de água em Lagoa da Pedra. Reclamam dos altos níveis de agrotóxicos descendo para o Rio Salinas.

Lucas de Oliveira, Secretário Executivo da Mesa de Diálogo, informou que, com base nos temas pautados pelos representantes das comunidades, as empresas podiam responder aos questionamentos.

Com relação ao projeto de barramento que está em andamento, Deusdete Rocha, representante da Copasa, informou que o proprietário da área foi procurado. Defende que o barramento não inibirá o uso da água pelos moradores do local, já que o projeto respeita o caixão do rio. Destaca que da água captada pela Rio Dourado, somente cerca de 30% está sendo aproveitada, o restante está sendo desperdiçada pelo vazamento, mas não cabe à Copasa fiscalizar. Com relação ao abastecimento de Lagoa da Pedra, a intenção é abastecer a população, que inclusive está próxima a estação. Entretanto, tem que ter concessão. Precisa de um primeiro contato para que seja feito o projeto. Lembra que a Copasa não faz barramentos sem a liberação dos órgãos ambientais. Com base nisso, pode afirmar que as captações têm as devidas outorgas. Salvo engano, é isento de outorga pequenas captações. Sobre os agrotóxicos, embora não seja um problema gerado pela Copasa, mas é um problema para a Copasa. Neste sentido, há monitoramento constante dos níveis de agrotóxicos na água.

Carine informa que é necessário fazer novo levantamento para concessão de água para as famílias de Lagoa da Pedra. Sugere que a Mesa envie ofício à Copasa para que seja feita reunião com a comunidade.

Marly Marques, representante da Cemig, explica que o serviço é concessão. Explica que a extensão de rede rural em até 30 metros é sem custo, apenas do padrão deve ser pago nestes casos. Há também os programas do governo. Esclarece que não se pode fazer ligamento de energia para que não tem a documentação completa da terra em seu nome. Trata-se de uma prevenção a exigência da documentação, por conta de invasões. Reforça os canais de atendimento disponíveis para consultar os pedidos solicitados no cadastro do Programa Luz para Todos. Explica que a empresa tem

impedimentos, de ordem ambiental, para dar continuidade na atuação nas obras pendentes do Minha Casa Minha Vida. Orienta que os solicitantes levem os documentos comprobatórios de posse de terra que provam que a área não é “chacreamento”, por exemplo, cessão de partilha. Com relação aos motores, explana que a Cemig disponibiliza na internet um caminho para a solicitação de troca. Informa os postos de atendimento para solicitar vistas na relação de consumo de energia elétrica. Esclarece que as tarifas são publicadas pela Aneel e a Cemig aplica. A taxa de iluminação pública é aplicada com base no consumo em kWh. Há três classes: residencial, rural e industrial. Fala sobre os poços artesianos, todos equipados serão energizados. Basta entrar em contato.

Lucas de Oliveira questiona a Cemig sobre a extensão de rede e como é definida a classe em que a residência se enquadra.

Marly Marques informa que a lei municipal define os critérios. Até 70 kWh a residência rural é isenta de taxa de iluminação pública, mas precisa comprovar a informação. Informa que fará uma avaliação do caso particular apresentado sobre alto valor da conta de energia elétrica.

Lucas de Oliveira informa que a lei é um processo legislativo e que deve ser regulamentada. Como a lei já estava votada, tem que regulamentar. O prazo de 20 anos deve ser aguardado. Dá exemplos.

O Prefeito de Indaiabira, José Severino, informa o quantitativo de habitantes – 7 mil e 700. Indaiabira faz limite com 5 municípios. Fala da Lei 12651/12 que prevê 30 milhões de mudas e barramentos para a região. Informa que fará reunião com Emater para tentar resolver as questões do município. Com relação ao lixo, afirma que em maio vai assinar Termo de Ajustamento de Conduta para atender as reivindicações do lixo. Será discutida a periodicidade da coleta, mas de antemão informa que não haverá como pegar lixo de casa em casa, para isso contará com a ajuda da comunidade. Lembra que o destino do lixo ainda deve ser estudado. Informa que o projeto do Idene está em fase final e visa para atender os poços artesianos perfurados. Essas informações foram passadas pelo Miltom. Comunica que a Setop já tem um projeto em andamento para resolver o problema dos mata-burros. O representante da Mesa de Diálogo consulta o prefeito sobre a possibilidade de fornecer um funcionário para abrir as cancelas, conforme solicitado pela população.

Lucas de Oliveira informa que há projeto para distribuição dos postos com licitação em andamento. O Idene fará reunião com Emater para uma avaliação da área.

O vereador da região informa que as linhas de transporte possuem carros particulares, que atuam por meio de concessão.

O vereador de Taiobeiras informa estão criando um aplicativo para mapear as nascentes. O mapeamento será feito a partir de junho. Esclarece que postes e arames já estão sendo providenciados para cercar as nascentes. Conta que fará uma visita à uma usina em Viçosa para ver se é possível implementar o mesmo modelo para destinação do lixo. Informa que está em análise a possibilidade de aplicar o incentivo financeiro àqueles que fizerem a preservação de minas.

Marly Marques informa que a empresa já possui um programa de incentivo para recuperação de nascentes desmatadas.

Major Giovane, da Polícia Militar, explica sobre a atuação da polícia e incentiva a população a buscar seus direitos. Informa que a cisterna tem que ser outorgada. Explica que a polícia está com déficit de efetivo. O convênio com os órgãos ambientais está atuando, basicamente, para atender denúncias, pois não tem condições de fazer fiscalização. Solicita que as demandas para atuar na segurança de eventos sejam feitas em tempo hábil.

Ao final da reunião foram pactuados os seguintes encaminhamentos:

1. A Mesa de Diálogo oficiará a Copasa para que seja feita reunião com a comunidade de Lagoa da Pedra na segunda semana de maio.
2. Fica agendada reunião da Prefeitura de Indaiabira com comissão do MAB para discutir pauta apresentada em março. Pré-agendada para o dia 03 de maio.
3. Passar para a Carine, do MAB, informações sobre a disponibilização do material para os poços artesianos que está sendo tratada pelo Idene.
4. Marly, da Cemig, se compromete a tratar as questões particulares referentes aos altos valores da conta de energia elétrica.